

# Um relato do Seminário Internacional Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher

Fernando Acosta<sup>1</sup>

## Introdução

Este texto é baseado nas Conferências, Mesas-Redondas e Grupos de Trabalho do Seminário realizado nos dias 17 a 20 de novembro de 2003, no Rio de Janeiro. O Seminário Internacional Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, integra-se à *Campanha do Laço Branco*<sup>2</sup>, que foi lançada no Brasil em 1999 pelos Institutos NOOS (Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais) e Promundo, em Brasília

Foram convidados organismos governamentais dos setores de saúde, justiça, cidadania e Direitos Humanos, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e agências de apoio e pesquisa que vêm desenvolvendo trabalhos na área de gênero e masculinidades.

Na abertura, o coordenador geral do Seminário, o psicólogo Fernando Acosta, disse esperar que as reflexões de todos possibilitassem “a construção de relações de equidade entre homens e mulheres” por acreditar na construção das relações baseadas na ética da solidariedade, em contraposição às relações fraticidas da vida moderna.

Em seguida, o Secretário Especial dos Direitos Humanos do governo federal, Nilmário Miranda mencionou que diversos tipos de violência são evidenciados no nosso dia-a-dia, como as disputas no campo, ligadas ao problema agrário e à questão indígena, e a violência criminal, que aumentou muito no Brasil. A preocupação maior do Secretário é com o fato de os jovens não só aparecerem como vítimas da violência criminal, mas também como autores. Sobre a violência doméstica, disse que ela acaba se refletindo nas ruas, nas escolas, e nas várias outras formas de violência. Segundo ele, o Governo Federal, especialmente a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tem buscado soluções para o

---

1 Psicólogo, terapeuta de casais e famílias, analista reichiano, especialista em Saúde Pública e Psiquiatria Social. Diretor do Centro Estudos, Atenção e Referência para Homens – CEARH.

2 O Programa de Saúde do Homem foi criado em 2005, pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

problema da violência no país, e destacou a necessidade de se promover um “avanço na educação pelos direitos humanos, na educação formal, na não-formal e na mídia também”. Concluiu dizendo que o combate à violência passa pelo combate à violência doméstica; e a violência intrafamiliar não se resolve com fiscais do Estado, mas com agentes públicos, e “*envolve, sobretudo, um pacto com a sociedade*”.

## **Conferências**

Foram programadas três conferências. Na primeira delas, que teve como coordenadora e debatedora Márcia Camargo (Companhia de Geração Técnica de Energia/RS), Wilza Vilela, médica vinculada ao Instituto da Saúde do Estado de São Paulo, falou sobre ***Masculinidades, Violência de Gênero e Políticas de Saúde Pública***.

A Dra. Wilza disse que pensar a questão da violência de gênero exige que se realize um esforço muito grande para lembrar a especificidade dessa questão: “A violência de gênero é entendida e conceituada como algo que tem o seu motor e a sua causa dentro das relações privadas. Ou seja, ela é diferente das demais violências, que estão colocadas no mundo público. O que dá suporte à violência de gênero é este entendimento de que ela se baseia e se estrutura a partir de relações entendidas como privadas e individuais. Esse entendimento, ao mesmo tempo, coloca a mulher como alvo prioritário da violência de gênero, que por sua vez é vista como uma parte do homem”. Para ela, seria importante, portanto, poder distinguir a violência de gênero na estrutura da produção social do entendimento das relações entre homens e mulheres. Na verdade, as políticas públicas que tentam intervir nesses aspectos – instituídos como aspectos privados – têm se mostrado de alcance reduzido em relação aos problemas que tentam enfrentar”. É necessário propor uma política que interfira nesse espaço do mundo privado, e não há nenhuma experiência construída para isso.

A debatedora Márcia Camargo, por sua vez, disse que essa discussão teria que partir do diálogo entre a experiência acumulada em vinte anos de discussão sobre políticas públicas de saúde voltadas à violência contra a mulher, e a questão trazida pelo encontro, que é a inclusão da demanda masculina, inclusive do autor da violência como parte do cenário e da produção de soluções.

A segunda conferência, ***Masculinidades, Violência de Gênero e Políticas de Justiça e Segurança para Homens*** foi proferida por Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública. A coordenadora e debatedora da mesa foi a Sílvia Ramos, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes – CEsC/UCAM.

Luiz Eduardo lembrou a amplitude do problema da violência e da criminalidade no Brasil, antes de introduzir a temática mais específica das relações de gênero. Mencionou a associação entre as masculinidades e a violência, como os homicídios dolosos, o racismo, a misoginia, a homofobia. “Quando analisamos o perfil do perpetrador, encontramos o mesmo personagem social (da vítima). Portanto, trata-se de um processo autofágico fratricida, no qual esses mesmos jovens estão matando, transitado da posição de sujeito para a posição de vítima. O Brasil chegou a um grau de violência letal tão extraordinariamente dramático, que já há uma projeção na estrutura demográfica desse genocídio. Há um déficit na estrutura demográfica brasileira de jovens dos 15 aos 24 anos, do sexo masculino, que só se verifica nas sociedades que estão em guerra. Estamos falando de uma coisa extremamente importante e que exigiria dos poderes constituídos e da sociedade um nível muito mais intenso de mobilização e de intervenção”.

Segundo Luiz Eduardo, “nós sabemos que as explosões são canalizadas, disciplinadas socialmente; ninguém explode onde não pode explodir, salvo as exceções. Mas nós sabemos onde podemos explodir: com as mulheres e as crianças. Os homens que constituem a sua masculinidade por oposição homofóbica, por exemplo, podem explodir contra o homossexual; o racismo pode ser outro canal de opressão mais regulado socialmente [...] há uma cultura da violência. Se ela não é natural, é aprendida; há uma socialização da violência”.

Para o conferencista, “há uma política possível e um método possível para a desconexão entre o sujeito e a ação, no sentido de liberar o sujeito para outras possibilidades, que lhe dêem a chance da própria reinvenção, não para reorientá-los numa direção ‘a’ ou ‘b’, apostando que essa liberdade vai ser a reinvenção de um salto qualitativo. Isso configuraria uma possibilidade muito interessante”.

Fernando Acosta, psicólogo, coordenador do Núcleo de Gênero do Instituto NOOS, foi responsável pela terceira conferência, *Masculinidades, Violência de Gênero e Políticas de Prevenção à Violência de Gênero*, que foi coordenada por Sérgio Carrara, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Acosta lembrou, antes de mais nada, a necessidade de “ajustar o foco”, considerando que “isso é importante e interessante porque nós, os homens em geral, estamos desfocados. Normalmente, de acordo com os padrões de masculinidade dominantes, estamos olhando para fora desde muito cedo, desde a nossa socialização. Nossos brinquedos nos estimulam para o mundo externo; ganhamos brinquedos para chutar e quebrar, como bolas e carrinhos, enquanto as mulheres ganham brinquedos para cuidar, como as bonecas”.

Observou, que mesmo com os estereótipos dominantes, a partir de sua experiência pessoal, e da experiência com grupos de homens de diversos contextos, camadas sociais,

etnias, regiões e países, ele percebe que, na verdade, não conhece nenhum homem que consiga, de fato, cumprir esses estereótipos de gêneros que essa masculinidade dominante pressupõe.

Segundo Acosta, quando começou a trabalhar na área de gênero, “tinha a inocência de achar que ia trabalhar apenas com saúde sexual e reprodutiva. Como meu foco eram os homens, eu encontrei a violência [...] não tão surpreendente assim, porque ao olhar para dentro de mim mesmo, como as mulheres me ensinaram a fazer, vi que era também violento. E acho que como as mulheres também aprendem os papéis de gênero com os homens, também têm dentro de si um pouco desse padrão da masculinidade dominante, tendo aí a violência como possibilidade. Dependendo da situação elas podem utilizar a violência, assim como os homens”.

Ao “ajustar o foco”, Acosta refletiu sobre os objetivos de um programa cujo “primeiro objetivo fosse exatamente esse: promover a equidade de gênero mediante recursos e habilidades não-violentas no âmbito das relações interpessoais, especialmente as conjugais e as familiares. Um outro objetivo seria desnaturalizar a conduta violenta, trabalhando o contexto em que ela ocorre, promovendo a transformação dos padrões da masculinidade hegemônica”.

Finalizando, mencionou que “num programa desses, deveríamos pensar nas capacitações, pesquisas, publicações; nas campanhas com foco nos homens como a *Campanha do Laço Branco*, e em construir uma rede de atenção para os homens autores de violência, uma rede específica para que sirva de modelo para os outros serviços. E também deveríamos pensar na necessidade de que os profissionais dos serviços de saúde e dos programas na área de saúde, ou dos próprios serviços de educação, fossem treinados para atender aos homens a partir da perspectiva de gênero”.

## **Mesas-Redondas**

Seis mesas-redondas, com média de quatro expositores, foram realizadas durante o Seminário.

1. ***Atenção aos Homens nos Serviços de Saúde***, foi coordenada por Márcia Souto, da Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde – CN-DSTs/AIDS-MS.

Felipe D’Oliveira, da Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde, fez uma reflexão sobre o significado desta SGP dentro do Ministério da Saúde. Uma de suas tarefas consiste em acompanhar o processo da reforma sanitária brasileira e o exercício do controle social. Daí sua preocupação com o tema desse seminário – a questão da violência,

como ela se expressa e onde se pode circunscrever dentro de um projeto de política pública; o limite do público e do privado; onde o estado e o governo federal têm que intervir e onde a sociedade tem que se ocupar.

Lembrou que em 1999, depois de uma ampla discussão, se constituiu no âmbito do Ministério da Saúde, uma política de redução da mortalidade por acidentes e violência. Disse que, nesta política se inclui um conjunto de diferenças que pode nos levar a caminhos equivocados, mas que ao mesmo tempo pode representar um grande sinalizador. É um trabalho importante, e nesse trabalho tem sido colocada a questão da violência intra-familiar e da violência contra a mulher. Também é abordada, especificamente, a violência contra a criança e o adolescente, já institucionalizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Lembra, ainda, a importância da participação dos diversos setores da sociedade organizada na implementação e mudanças dessas políticas.

Marcus Renato, médico e professor da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, relatou as diversas formas de se trabalhar com pais na maternidade, ressaltando aquela onde se tenta construir homens-pais. Já existem vários estudos mostrando a importância do pai e o impacto da ausência paterna sobre a atividade sexual precoce e a gravidez na adolescência. “Parece que hoje já existe uma ‘maternagem’ paterna, ou seja, um modo muito próprio do pai lidar, cuidar, e se relacionar com os filhos. Isso é muito importante para o desenvolvimento psíquico das crianças. [...] Não posso pensar em nenhuma necessidade de infância tão forte como a necessidade de proteção de um pai, ou seja, existe um outro tipo de homem que é o homem paterno, que é o homem que a gente precisa ouvir”.

Sérgio Barbosa, do Centro de Educação para a Saúde de Santo André, São Paulo, apresentou alguns caminhos percorridos pelo CES, principalmente o trabalho com a saúde dos homens e para os homens nos postos de saúde. E já que raramente os homens aparecem nestes locais, não se poderia esperar por eles ali. A equipe saiu em campo – literalmente, para um campo de futebol – em 1994. Confraternizações, campeonatos, churrascos, festas, estes foram o palco do trabalho com os homens, bem distante dos postos de saúde, lotados e barulhentos, cheios de gente mal-humorada. Iniciaram dessa forma, com uma proposta bem clara de educar os homens, e ver o que era possível fazer para a melhoria da saúde das mulheres. A grande dificuldade, no início do trabalho, foi o fato de situar a conversa em grupo sobre os próprios homens. Na maioria das vezes, era mais fácil falar de uma situação externa, ou utilizar uma terceira pessoa, pois os homens sentem dificuldade de falar de si mesmos. E a grande novidade, então, foi quando se conseguiu reverter isso, e fazê-los falar deles mesmos, como protagonistas.

Wagner Figueiredo, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Me-

dicina da Universidade de São Paulo, apresentou resultados de pesquisas realizadas por grupos dos quais participa. Ele expôs resultados do trabalho *Homem, violência, saúde – usos de serviços e prática de cuidados*.

A questão da perspectiva de gênero para compreensão da saúde dos homens, entendida de uma forma relacional em que está colocada a questão do poder, é um ponto importante para que se possa estudar e compreender a saúde dos homens e a questão da masculinidade e sua implicação nos serviços de saúde. Pode a masculinidade idealizada causar efeitos danosos à saúde, fazendo emergir maiores riscos para os homens? Esta exposição tinha como finalidade estimular a discussão.

2. ***Reflexões sobre Masculinidades, Violência de Gênero e Saúde***, foi coordenada por Hebe Signorini Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Miguel Ramos, da Universidad Cayetano Heredia, de Lima (Peru), ressaltou que sua apresentação seria em termos gerais e dizia respeito às relações que têm como base a construção da masculinidade e a violência de gênero; e, em especial, a violência de gênero e a violência contra a mulher, à luz de exemplos do caso peruano.

De acordo com diversas pesquisas, que se desenvolveram em vários lugares, graças ao estudo recente feito no Peru, o lugar supostamente de maior segurança para a mulher é também onde se desenvolve a maior quantidade de atentados contra a sua integridade física e sexual. Contraditoriamente, a pessoa com quem tem laços afetivos, ou seja, seu companheiro, é seu principal agressor.

Num estudo recente da Organização Mundial da Saúde, a prevalência da violência sexual e física contra as mulheres por parte do seu companheiro, exercida em algum momento, é de 51% em Lima. Ou seja, de cada duas mulheres, uma tinha sido agredida por seu companheiro. Na região andina de Cuzco, que tem alta porcentagem de população rural, 69% das mulheres foram agredidas por seu companheiro.

Isto quer dizer que não se trata de casos isolados ou patológicos, nem de um problema social com uma cultura que o justifica, baseada numa crença de superioridade, da autoridade dos homens sobre as mulheres. Trata-se, isto sim, de uma institucionalidade que se desenrola no contexto de uma sociedade hierárquica e autoritária, que trata de reproduzir nas relações interpessoais seu próprio sistema de poder.

Dale e Liane Hurst, da Austrália, trabalham há 17 anos com o problema da violência. Liane é uma especialista nessa área e também organizadora de grupos masculinos. Fazem desenvolvimento comunitário, quando convidam a comunidade a lidar com essa questão, e desenvolveram uma metodologia particular para esse tema, que acreditam que pode ser aplicada em diferentes países e culturas. Em Cingapura, Mongólia, Camboja, e

nas áreas dos aborígenes na Austrália, a situação é muito semelhante àquela que o professor Miguel Ramos descreveu para o Peru. Ou seja, os homens são criados para acreditar que só são homens se tiverem o controle total de sua família. Embora haja elementos comuns da masculinidade nessas diferentes culturas, por outro lado, existem questões bem particulares de cada uma delas.

O casal desenvolveu “uma ferramenta para acessar a capacidade dessa pessoa de mudar [...]. Tivemos tantos homens vindo voluntariamente para esse trabalho que não conseguimos lidar com o volume de pessoas; desenvolvemos então um curso pra lideranças, começamos a identificar o que chamamos de líderes naturais nestes grupos. E como disse um homem, ‘isso foi tão bom pra mim que eu quero ajudar outros homens a mudar’. Uma vez que eles se engajam nesse programa se sentem muito orgulhosos por poder ajudar outros homens. Vimos que havia uma série de outros temas que eles queriam conhecer e com os quais precisavam lidar; então desenvolvemos uma série de modelos para isso”. Liane lembrou que há situações onde o agressor tem que ser encarcerado pela agressão, mas que em outras situações eles podem se beneficiar de ações educativas ou mesmo terapêuticas, e que é fundamental aprender a distinguir uma situação da outra.

Márcia Lage, jornalista e assessora de imprensa da Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis — DSTs/AIDS — do Ministério da Saúde, falou sobre alguns aspectos da forma de exposição do homem na mídia. Segundo Márcia, “a maioria das reportagens aborda questões sexuais; [...]. O segundo tema mais abordado é o consumo: o homem em busca da beleza e eterna juventude, atrás de um padrão feminino de permanecer jovem, bonito e agradável”.

Márcia acredita que falta uma publicação específica para esse público, que começas-se a trabalhar esse assunto com mais profundidade.

**3. Juizados Especiais Criminais: Limites e Possibilidades**, foi coordenada pela Dra. Ana Maria Pereira de Oliveira, juíza e coordenadora das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Carmen Campos, advogada da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, de Porto Alegre (RS), iniciou sua explanação destacando que a perspectiva que apresentaria não era a do autor do fato, do réu. Em vez disso, exporia a sua visão a respeito dos juizados, e das alternativas possíveis no que se refere à questão da violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres representa um custo social imenso para o país e é um problema cíclico habitual, que traz conseqüências graves para o desenvolvimento social das mulheres e tem efeitos danosos a longo prazo. Carmem entende que a Lei 9.099/95 não foi pensada para tratar dessa violência e, sim, para tratar de uma violência de natu-

reza eventual. Ela disse que “defendemos uma outra legislação além dessa, porque a Lei 9.099/95 foi criada para trabalhar da perspectiva do réu e não a da vítima, considerando a definição, no Direito Penal, de réu e vítima. Isso não significa dizer que vamos apoiar um projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, e que aumenta a pena [contra a violência] para cinco anos”. Em vez disso, Carmen acredita que seja mais positivo incorporar a uma nova legislação mecanismos que a Convenção de Belém do Pará exige que o Brasil cumpra. “Eu acho que está na hora do Brasil assumir os direitos das mulheres, tratando-os de uma forma diferenciada”, concluiu a expositora.

Bárbara Soares, antropóloga e pesquisadora do CEEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) da Universidade Cândido Mendes, falou a partir da perspectiva de quem pensa, propõe e implanta políticas públicas. Isso impõe algumas perguntas diferentes daquelas provenientes do olhar centralizado nos direitos da cidadã. Como traduzir isso em ações concretas? Esse é o desafio que é preciso enfrentar. “O que nós queremos fazer com os homens e com as mulheres – os que batem e as que apanham? Quê instrumentos queremos, de fato, desenvolver, e quê objetivos atingir? Como estão sendo captadas as satisfações e insatisfações? Estamos falando como profissionais, como formuladores; mas estamos ouvindo as pessoas que estão sendo beneficiadas ou prejudicadas por esses instrumentos? [...] Essa nova lei vai objetivar exatamente o quê? Em que medida ela se opõe necessariamente aos métodos e aos princípios que os Juizados Especiais Criminais/JECRIMs propõem? Será que não há formas de adaptar a Lei 9.009/95, não como está, mas modificada, de forma que seja possível aproveitar as estruturas dos Juizados e o que eles têm de melhor para compatibilizar esse acesso aos direitos humanos básicos das mulheres? Será que é racional destruir essas estruturas para se construir uma nova que não sabemos nem qual é, porque ainda não definimos claramente nossos objetivos práticos e nossas metas? Essa idéia de punir, de erradicar, de proteger, é o pano de fundo, mas como vamos executá-lo na prática? Será que na prática os instrumentos são realmente compatíveis? Queremos uma nova lei para lidar com a violência contra a mulher; ou seja, vamos ter o mesmo crime, mas penalidades diferentes, porque se trata de homem ou de mulher? Queremos uma lei para lidar com a violência doméstica, ou seja, esquecemos o recorte de gênero e vamos pensar nessa violência como tudo aquilo que acontece no âmbito doméstico? Isso não está claro ainda e não é simples compatibilizar, porque na hora que se olha para um lado, o outro fica desfocado. Quais seriam os pressupostos de uma nova lei? Queremos punições mais severas? Pode ser que alguns grupos queiram, mas esse não necessariamente é o motivador para a proposta de uma nova lei. Queremos leis mais efetivas? Acredito que sim, mas uma nova lei só pode ser interessante se trazer propostas concretas de mais efetividade no sentido de prevenir a violência. Quais são os problemas que estão diante de nós e que



de certa forma até comprometem essa reflexão sobre os limites e as possibilidades de um novo juizado?”.

Bárbara levantou uma série de situações para que se possa perceber a importância dessa avaliação. Finalmente, acha importante ouvir atores que estão envolvidos em todo esse tabuleiro de peças que se juntam no Juizado Especial Criminal: vítimas, agressores, promotores, conciliadores, juízes. O que pensam essas pessoas sobre esta experiência? Qual é o pensamento dos operadores de direito com relação à violência ou com relação ao trabalho que desenvolvem? Pensa que uma coisa é uma estrutura constituída por profissionais que acham que estão fazendo um trabalho eficaz; outra é como esses mesmos profissionais estão burocraticamente reproduzindo procedimentos sem se importar com os efeitos”.

Marcelo Anatócles, juiz do I e II Juizados Especiais Criminais/JCRIMs, da Comarca de São Gonçalo (RJ), trouxe para o debate a perspectiva de quem vive no dia-a-dia os problemas desses fóruns. Nos Juizados Especiais Criminais iniciou-se seriamente a discussão do afastamento do agressor do lar. Hoje é lei, porque o Juizado Especial passou a levantar uma série de problemas que ficavam nas delegacias arquivados e nunca vinham à tona. É a mesma preocupação que eu tenho de um novo juizado específico para a violência doméstica, ou para a mulher, como temos com a infância: quem vai operar o Juizado novo da mulher? Quem serão os juízes, os promotores, os defensores e conciliadores? Os mesmos que estão hoje no Juizado Especial Criminal?

Segundo Marcelo, uma outra questão a ser enfrentada é a da violência aguda, a violência da mulher que por estar sendo ameaçada, não pode voltar para casa. A sociedade não está tendo força para criar abrigos, o abrigo é o “encarceramento” da vítima; e por outro lado, o afastamento do agressor talvez não tenha tanta eficácia quanto se gostaria. Nos casos crônicos, temos que enfrentar e aperfeiçoar. Nos casos agudos tem que haver uma resposta direta do Poder Judiciário. Com ameaça de vida, não pode ser dito à vítima que procure um órgão como a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), CEOM (Centro Especial de Orientação à Mulher), CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher) [...], o Poder Judiciário tem que ter a responsabilidade de quem aplica a lei. Para os casos agudos (a conexão) polícia-Poder Judiciário tem que ser feita no mesmo dia, na mesma hora [...].”.

**4. *Experiências de Intervenção e Implantação de Políticas de Justiça e Segurança***, foi coordenada pelo psicólogo Alan Bronz, do Instituto NOOS.

Roberto Garda, economista, foi coordenador de projetos do Coletivo de Homens por Relações Iguais — Coriac, da Cidade do México. Ele relatou que, no México, “estamos impulsionando os governos locais no setor de saúde dentro da perspectiva le-

gal que procura, principalmente, castigo e uma legislação que intervenha a favor das mulheres”. Estas são as perspectivas tradicionais. Mas o que preocupa o Coriac são “as novas ideologias que estão surgindo no tema da violência familiar. São novas formas de ver este problema e que estão, pelo nosso ponto de vista, relativizando, banalizando a concepção da análise do poder. A proposta fundamentalista é a que mais nos preocupa, com a tomada do poder pelo partido Acción Nacional de México: há crises na família porque a mulher abandonou o lugar dela pelo trabalho, e os homens caem no álcool ou na violência. Para evitar a desintegração da família, as mulheres devem regressar ao seu lugar e os homens devem compartilhar o amor e a riqueza [...] o que se propõe é que deve haver ordem, que os homens têm que pôr ordem na casa e como isso seria possível se eles não têm o controle?”.

Mas também existem perspectivas de mudança no campo da atenção ao homem. “Destas, ressalto a perspectiva educativa, que chamamos de política. Esta perspectiva aposta, principalmente, na mudança social dos homens, ou seja, não basta deter a violência dentro de casa, nós pensamos que o que tem que mudar são as estruturas que permitem o exercício da violência sobre as mulheres. Estamos encontrando estas perspectivas principalmente nos organismos civis. Acreditamos que uma política pública adequada que impulse a mudança dos homens deveria levar a que eles negociem o poder com a cônjuge; para nós, os homens, embora aparentemente percam o poder dos papéis tradicionais, podem ganhar poder como cônjuge, como pai, como vínculo”.

Malvina Muszkat, do Pró-Mulher, Família e Cidadania, de São Paulo (SP), chamou a atenção que “na reunião de ontem falou-se muito em mulheres e duas pessoas levantaram a mão e perguntaram onde estavam os homens; afinal é um seminário sobre homens. Então isso denuncia que ainda há muita ambigüidade de nossa parte no sentido de integrar esta visão de homens e mulheres no fenômeno da violência. Trata-se de um fenômeno extremamente complexo”.

A Pró-Mulher é a única instituição de origem feminista que faz parte da *Campanha do Laço Branco* originalmente. Hoje tem outros grupos de outras ONGs interessadas em incluir o homem na pesquisa e na intervenção. Para alguns grupos, ainda não se deveria incluir os homens na questão da violência, já que esse é um problema das mulheres e isso representa diminuição de fonte de recursos etc. Para outros grupos, o atendimento dos homens faz sentido porque é utópico esperar que as mulheres sejam capazes de superar seus próprios problemas por um ato de vontade individual; então os homens são necessários como colaboradores. Outros, ainda – e ela pensa que é o caso do Pró-Mulher e de outros grupos que estão aqui –, acreditam numa dinâmica de relacionamento, em que todos os envolvidos devem participar com responsabilidade dessa situação. Nessa dinâmica serão

atingidos, não apenas a vítima e o agressor, mas todos os membros de uma família, que são atingidos quando existe uma situação de violência. Tanto é assim, que essa situação é denominada de violência intra-familiar e se trabalha sempre com o contexto da família, considerando essa questão dos relacionamentos e da integração de poderes. “É necessário tomar cuidado com isso, eu penso que estamos no fio da navalha. Podemos incluir os homens por desespero, porque as outras metodologias não deram certo; por conveniência, porque afinal também as agências financiadoras estão interessadas em trabalhos com homens; ou mesmo por convicção”. A primeira intenção da campanha era querer os homens como colaboradores. Hoje os grupos que encabeçam a *Campanha do Laço Branco* têm a convicção que os homens precisam de ajuda, tanto quanto ou mais que as mulheres. “Entretanto, quero deixar marcado, mais uma vez, do cuidado que temos que ter com as segmentações, porque eu já vejo em algumas situações os homens quase se tornando mártires da cultura. De repente, mudamos o papel de vítima da mulher para o homem sem nos darmos conta disso”.

Mara Vidal, da Secretaria Extraordinária da Mulher do Estado do Acre, relatou como no Acre a discussão de políticas públicas de gênero se iniciou também pensando nos homens. A Rede Acreana de Mulheres e Homens – com este nome mesmo – em 1988 começou a discussão muito influenciada pela Rede Mulher, em São Paulo. Abordavam-se temas como saúde, direitos reprodutivos e violência contra a mulher, com oficinas inclusive. Quando foi criada, no começo do ano de 2003, a Secretaria Extraordinária da Mulher do Estado do Acre, também partindo de várias discussões do movimento feminista, o departamento de gênero, que era uma instância da gestão anterior da Frente Popular do Acre, já possuía uma preocupação com a questão dos homens. Marisa Fontana, coordenadora, e Nélia, do Departamento de Gênero, da Secretaria Extraordinária da Mulher? se perguntavam: “Nós estamos sempre falando das mulheres. E os homens? Como é que fica esse trabalho com os autores da violência?”

“Agora, o mais importante é que entraram no debate os CRDs – Centros de Referência de Direito – em que os policiais da família atendem às pessoas nas casas, é como uma polícia comunitária. E nós temos discutido com eles como encaminhar as denúncias, como encaminhar as mulheres que estão em situação de risco para os serviços. No Acre existe a Reviva (Rede Estadual de Combate à Violência Intrafamiliar) que tem instituições governamentais e não-governamentais. A Secretaria da Mulher, o departamento de gênero, a Universidade e várias organizações fazem parte dessa rede; por isso, muitos dos casos estão sendo encaminhados para a Reviva. Não é só questão de discutir; nós, da área governamental, fazemos esses encaminhamentos. Definimos dentro da Secretaria que levaríamos a discussão da violência doméstica junto com a discussão na área da saúde, da

humanização do parto, do hábito do marido acompanhar a mulher nas consultas, coisa que nunca existiu no Acre. É para se construir a visão de que os filhos não são apenas da mãe. Isso até para que o trabalho doméstico seja valorizado e não seja visto como uma coisa secundária, terceirizada – nós acabamos colocando mulheres para trabalhar no nosso lugar porque trabalhamos até nove, dez da noite. Queremos também que os gestores e os grupos que nós estamos assessorando passem a incorporar essa discussão, para que as políticas que estão sendo implementadas na Secretaria da Mulher possam ter não só maior impacto na vida das mulheres como na desses grupos também. É uma Secretaria nova, com vários desafios; mas o maior deles foi começar em outubro um grupo que vai discutir os homens, e como a gente está trabalhando com os autores de violência, junto também com o Judiciário”.

Antônio Andrade Filho, psicólogo do Instituto NOOS, apresentou a experiência desenvolvida junto à Subsecretaria Especial de Segurança da Mulher e Defesa da Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, na gestão Benedita da Silva<sup>3</sup>.

O Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher foi criado em parceria com a subsecretaria da Mulher e o Instituto NOOS. Muitas das pessoas ali presentes, no Seminário Internacional Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher, participaram desse trabalho. Inicialmente Andrade Filho apresentou o Projeto Homens de Bem, ao qual se referiu a Mara Vidal. Quais os objetivos desse projeto? A criação de núcleos que formassem grupos de reflexão sobre gênero com abordagem para responsabilizar os homens autores de violência contra as mulheres. Esses grupos seriam implantados em instituições que apresentassem interesse em oferecer esse tipo de serviço em sua região – tanto no Rio de Janeiro como na região metropolitana. A subsecretaria especial de segurança da Mulher e Defesa da Cidadania deveria prover, na época, treinamento e supervisão para esse tipo de atendimento. Em contrapartida, as instituições deveriam ceder profissionais e estruturas necessárias para a formação de grupos. Ao término do projeto, com duração prevista de seis meses, as instituições estariam aptas a manter esse tipo de serviço de forma autônoma.

O psicólogo explicou as etapas do projeto Homens de Bem: curso de capacitação, com duração aproximada de um mês, para profissionais encaminhados para as instituições; criação dos núcleos era a etapa subsequente, em suas instituições de origem, sob a supervisão da equipe da Subsecretaria. A população a ser atingida pelo projeto Homens de Bem era a de homens autores de violências contra suas companheiras. Eles poderiam par-

---

<sup>3</sup> Esta Subsecretaria foi extinta no governo Rosinha Garotinho, em 2003.

participar do grupo reflexivo de gênero de três formas: voluntariamente, através de procura espontânea, ou encaminhados por algum serviço de atendimento à mulher, ou compulsoriamente, quando encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais.

“Quais os resultados desse projeto Homens de Bem?” indagou Andrade Filho. “A capacitação de 24 profissionais. Qual é o quadro atual? É que temos duas pessoas mantendo o serviço na Central de Penas e Medidas Alternativas de São Gonçalo; o mesmo trabalho em fase de implantação, na Zona Oeste, Santa Cruz; e o trabalho das profissionais do SOS Mulher, a ser oficializado no município de Resende, pela Coordenadoria da Mulher”.

“O segundo projeto de responsabilização dos autores na Secretaria é o CEAR – Centro de Atenção e Responsabilização dos Autores de violência contra a mulher. Vale salientar que esse é um sonho antigo. O objetivo geral é contribuir para a prevenção e redução da violência no estado do Rio de Janeiro e para otimizar os recursos da Rede de Atenção à Violência de Gênero, através da implantação destes Centros. Seus objetivos específicos consistiam em realizar grupos reflexivos de gênero de abordagem responsabilizante, com homens encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais, Varas da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, DEAMs, Centros de Atendimento às Mulheres, Organizações Não-Governamentais, serviços de saúde e voluntários. Outros objetivos: complementar, através de um processo de responsabilização de gênero, a aplicação de penas e medidas alternativas, prioritariamente a aplicação de penas de prestação gratuita de serviços comunitários, criar uma base de dados capaz de orientar diagnósticos consistentes sobre a violência praticada por homens contra suas parceiras, e promover capacitação na interface gênero/cidadania/ violência para homens atendidos pelo CEAR e/ou pessoas interessadas em atuar como agentes multiplicadores dos grupos reflexivos de gênero. Divulgar o trabalho do CEAR visando informar aos homens, instituições e à população sobre suas atividades. Firmar convênios com instituições governamentais e não-governamentais, formalizando uma rede de atenção; e complementar o programa realizado pelo CEAR. Promover, também, o intercâmbio de informações com a rede conveniada, participar e promover campanhas de prevenção à violência familiar e de gênero, principalmente aquelas dirigidas a homens. O público-alvo? Homens autores de violência de gênero encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais, Varas da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, DEAMs, Centros de Atendimento às Mulheres, e também profissionais do setor público de Saúde e organizações não-governamentais que atuassem na área da violência intrafamiliar e de gênero. Os resultados esperados? Atender pelo menos 200 homens mediante a metodologia dos grupos reflexivos de gênero, e capacitar, por ano, 50 pessoas para coordenar grupos com a mesma metodologia.”

5. *Pedagogias de Prevenção à Violência de Gênero* foi coordenada por Albertina Costa, da Fundação Carlos Chagas (São Paulo, SP).

Gerardo Ayala, psicólogo da ONG Salud y Género, de Querétaro, México, começou relatando que a conferência anterior o fizera pensar na seguinte pergunta: “como podemos pensar uma política diferente? Como pensar as políticas públicas que transcendam o pacto que existe entre os homens, se as políticas têm um espaço privilegiado de onde os homens historicamente têm ditado as políticas para os outros? Nosso trabalho tem uma estratégia de ação coletiva, com uma intenção capaz de mobilizar as diversas camadas sociais no México. Inclui ações educativas de discussão e de gestão, e pretende favorecer ações positivas desde os homens nas suas relações com sua parceira, mas também como pai, ou também na relação com outros homens [...]. Durante todo tempo enfocamos a rede de desigualdades que existem por razões de gênero; e estas se expressam nas diferentes formas de adoecer e morrer dos homens e das mulheres. No nosso campo de ação, nós trabalhamos com saúde e pensamos na interação social onde se constroem os significados e as noções de saúde e da doença, assim como as noções de ser mulher e de ser homem. A metodologia com a qual trabalhamos e que certamente vocês conhecem muito bem, é uma metodologia que questiona o óbvio, que não dá respostas, mas que planta perguntas. A teoria e a metodologia feministas nos ajudaram muito, temos que reconhecê-lo. Para nós é muito importante problematizar todo o tempo a educação que é dada aos homens, aos meninos, que é um processo complexo que existe desde antes do nascimento”.

Johnny Jimenez, assistente social da Associação de Homens contra a Violência, na Nicarágua, começou dizendo que a principal experiência de trabalho da Associação é a de sensibilização, no trabalho direto com os homens, por meio de oficinas e com temas específicos que têm a ver com o exercício da violência. Relatou que durante os anos 80 acumularam uma experiência enriquecedora com a metodologia de educação popular; adotada também na Associação de Homens.

Ao falar sobre esta metodologia, relatou que “o propósito da educação popular é transformar a realidade e construir um mundo mais justo, dando poder aos homens e às mulheres”.

Utilizando várias modalidades de oficinas de sensibilização, trabalham com adolescentes, jovens e adultos. Realiza uma oficina a cada quinze dias em cada comunidade e conta com 25 a 30 homens e dois facilitadores em cada oficina. Sempre há duas pessoas para que uma facilite e a outra observe como se comporta o grupo. Quais são as temáticas? “Nós assumimos uma metodologia que foi publicada pela Cartera – uma outra organização da Nicarágua onde o Grupo de Homens contra a Violência participou – e existem diferentes módulos neste trabalho. Partimos dos temas do que significa ser homem, o trabalho dos homens e das mulheres, como chegamos a ser homens – o que tem a ver

com o processo de socialização – quais são os efeitos do estilo de ser homem, a violência nos jogos infantis, quais são os jogos com os quais brincavam na infância e como fazemos essa relação com a violência, revisar em quantos momentos se foi violento como pessoa e também em quais momentos receberam violência. Examinamos a reconstrução do mundo que tem a ver com a discriminação que nós exercemos. Fazemos, também, um módulo sobre discriminação que tem a ver com a discriminação recebida e o último módulo, que é buscando pistas para um novo estilo do que é ser homem”.

Além disso, aborda temáticas específicas como a sexualidade, e neste tema inclui o tema homofobia. Acredita que a homofobia é um dos pilares fundamentais do machismo, que impede o processo de transformação nos homens. Se não se trabalha a homofobia, dificilmente se rompem os pilares principais do machismo. Quando se fala de homofobia com os homens, percebe-se que o grande temor deles, ao chegar às oficinas é que sua companheira pense que são homens frágeis ou que se deixam mandar pelas mulheres.

“Na Nicarágua há uma Comissão Nacional de Luta contra a Violência que é promovida pelo Instituto Nicaragüense da Mulher, e da qual participam todos os ministérios do estado, e também algumas instituições da sociedade civil; ali é um espaço importante onde nos encontramos. Quando a Comissão Nacional começou a discutir o plano nacional contra a violência, o foco principal era trabalhar a violência pelo perdão – as mulheres deveriam perdoar os homens pela violência. Na Rede de Mulheres contra a Violência e a Associação de Homens contra a Violência conseguimos que pelo menos nos documentos oficiais se retirasse o enfoque pelo perdão, que não podíamos aceitar”. Acredita que para ter uma metodologia de trabalho não se pode fazer uma atividade só por fazer. É preciso ter um embasamento teórico, um marco conceitual que sustente essa sensibilização.

Vera Lion, do IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário), de São Paulo (SP), disse que o Instituto, a partir de dados de criminalidade, começou um projeto de formação em direitos humanos de profissionais de saúde, para lidarem com o problema da violência e da criminalidade em treze distritos de saúde em São Paulo. “Eram distritos periféricos, principalmente na Zona Leste e Zona Sul, um distrito da Zona Norte e na Zona Central também; e num segundo momento foram escolhidos seis distritos nos quais estamos trabalhando até hoje com formação continuada. Temos encontros quinzenais e mensais, e continuamos trabalhando com os agentes e outros representantes da comunidade. As relações de gênero são discutidas em vivências, em sócio-dramas, por meio de vídeos e de dinâmicas. E a gente dá muita importância a essa questão das vivências porque cria uma oportunidade para as pessoas trazerem as principais dúvidas e problemas. Acreditamos ser importante discutir como esses profissionais da área de saúde vão lidar com essas questões.

Nos sócio-dramas se tenta vivenciar não só o que está acontecendo numa situação determinada, mas como isso é trabalhado e pode ser apoiado pela vizinhança, pelos agentes, na escola. A idéia desse trabalho era investigar a questão da cultura da violência sob alguns aspectos: como as pessoas a estão percebendo, o que consideram ou não violência, questões sobre a violência como meio – quais os casos em que seria permitido o uso da violência –, se as violações de direitos são percebidas como violência, e depois outras questões sobre potencialidades e possibilidades.

“Temos, então, pela pesquisa para nossa prática de formação, o trabalho de pensar em quais momentos somos agressores e em quais somos agredidos. E isso é um aprendizado importante. Nesse sentido estamos criando comportamentos mais respeitosos com os outros e conosco mesmo, e encarando essas questões cotidianas, buscando soluções para desconstruir relações autoritárias e construir relações mais democráticas entre os homens e as mulheres”.

Viviane Castelo Branco, gerente do Programa Saúde do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro — Prosad/SMS-RJ delineou a forma de trabalho e as ações desenvolvidas pelo Programa. Segundo ela, o levantamento e divulgação de dados faz com que a mortalidade pela violência adquira toda uma relevância na questão da saúde do adolescente. O Prosad também produz materiais e qualifica o atendimento específico a esses adolescentes nas Unidades de Saúde por meio de diferentes projetos. Forma profissionais, uma vez que essas temáticas todas – a questão da adolescência, da sexualidade, do trabalho com a família, da violência, são conteúdos relativamente novos para os profissionais de Saúde. Isso, por si só, já é uma dificuldade. Um profissional de Saúde tradicionalmente trabalha com doenças e é necessário que ele trabalhe com saúde. A incorporação desse programa muda os paradigmas que visam ao desenvolvimento de sujeitos. Vale lembrar que algumas dessas atividades de educação continuada são abertas, qualquer profissional pode participar, porque também é uma forma de ajudar a constituir essa rede. “Não temos um projeto específico voltado para a prevenção de violência de homens contra mulheres, mas essa ação perpassa muitas das nossas discussões, e segmentos com os quais a gente trabalha. Então, prevenir violência de homens contra mulheres, no nosso caso, envolve o trabalho com crianças, com adolescentes, com jovens, com homens e com as próprias mulheres”.

Viviane destacou, ainda, que “pelo Programa do Adolescente coordenamos uma estratégia denominada de macrofunção de políticas sociais, na qual se articulam diferentes secretarias. Eu coordeno uma delas, que se chama Macrofunção Vida e que tem como objetivo implementar políticas voltadas para a promoção da saúde e dos direitos reprodutivos. Resolvemos focalizar no homem e nas masculinidades por entender que essa é uma grande lacuna na política pública”.



6. *Metodologias de Intervenção para Trabalhos de Gênero com Homens*, coordenada por Helena Oliveira, do UNICEF.

Alejandro Villa, psicólogo, do Programa de Apoio e Assistência à Maternidade e Paternidade Juvenis, do município de Vicente López, na Argentina, é também presidente da ONG Núcleo de Estudos de Políticas sobre Violência e Juventude de Buenos Aires.

Ele disse que seu Programa trabalha com saúde reprodutiva e sexualidade de forma individual e para casais; atenção terapêutica individual, com pais de adolescentes meninos com problemáticas vinculadas com a construção de entidades masculinas – fundamentalmente meninos testemunhas ou objeto de violência familiar. E, finalmente, acompanhamento e assistência a adolescentes que estão grávidas, ou são pais. “Nosso objetivo nessa reflexão é, primeiro, promover entre os adolescentes, meninos ou meninas, a discussão sobre o significado da sexualidade e da reprodução para a construção dessa entidade de gênero; em segundo lugar, discutir entre esses adolescentes o papel do gênero prescrito socialmente, procurando uma diferenciação da capacidade de decisão pessoal com respeito às determinações sociais. Em terceiro lugar, capacitar os adolescentes dos dois sexos para que possam intervir com seus pais e em suas escolas sobre a temática de gênero, sexualidade e reprodução. Antes de tudo é uma reflexão sobre sexualidade”.

Quanto aos resultados, ele diz que estão vinculados a três elementos: o tipo de vínculos afetivos e sexuais, os cenários sociais e institucionais onde se produzem os mesmos e as diferentes estratégias de aproximação afetivas e sociais. Quando se fala de aproximações e estratégias, fala-se de representação mental que têm as meninas e os rapazes com respeito à expectativa de encontro com o outro, e uma forma de aproximação.

Karla Galvão, do Fórum Pernambucano de Mulheres e representante do Instituto PAPAI, disse que, ali, “homens e mulheres têm trabalhado em metodologias de intervenção no sentido mais amplo que a gente possa pensar. O objetivo do Instituto PAPAI é promover uma revisão do modelo machista dos processos de socialização masculina em nossa sociedade, incentivando a participação jovem, masculina, nos campos da saúde, sexualidade e reprodução. Desenvolvemos essas ações através de quatro programas: 1) Programa de Apoio ao Pai; 2) Programa Homens, Masculinidade e Prevenção de DSTs/ HIV-AIDS; 3) Homens e Masculinidades no Feminismo; e 4) Homens pelo Fim da Violência”.

O Programa de Apoio ao Pai, em hospitais e unidades da rede pública de saúde de Pernambuco, realiza encontros semanais com jovens, na puericultura, e esses jovens são parceiros ou não de grávidas adolescentes, estão acompanhando essas grávidas no serviço pré-natal também. Existem os encontros que são realizados em forma de oficina, na sala de espera, e focalizam temas relacionados à gestação, parto, puerpério, cuidados infantis, exercício da paternidade, entre outros. Além dessa atuação direta junto à comunidade,

também se participa de diferentes fóruns de organização, governamentais e não-governamentais, buscando incorporar a paternidade nos campos das políticas públicas”.

O Programa Homens e Masculinidade no Feminismo tem como um dos seus focos o próprio Fórum de Mulheres em Pernambuco, que atua com mais de 40 instituições, entre ONGs, associações de moradores, associações de mulheres, de bairro, secretarias de partido. Traz para o PAPAI essas discussões e tenta também levar o tema do feminismo e masculinidades para o campo do movimento de mulheres. Este tem sido um aprendizado muito interessante no sentido de se pensar parcerias, e pensar como as masculinidades se constituem dentro dos espaços femininos. Olha-se o feminismo como ponto de partida e de chegada para as ações com os homens.

O Programa Homens Pelo Fim da Violência tem trabalhado no bairro da Várzea, da periferia da cidade do Recife, com um grupo de homens jovens, chamados de promotores de saúde, capacitados pelo Instituto PAPAI, que estão no Instituto há mais de dois anos, e também com rapazes internos da Fundação da Criança e Adolescente, com os quais se dialoga por meio de diferentes estratégias de arte-educação sobre modalidades de resolução de conflitos que não gerem violência, e que fortaleçam o diálogo e a negociação.

Desde 1999 são desenvolvidas diferentes ações relacionadas à *Campanha do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher*, que tem por objetivo envolver e sensibilizar os homens mediante ações em consonância com as dos movimentos organizados de mulheres e de outros movimentos organizados por equidade e direitos humanos, por meio de ações em saúde, educação e trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos. Além disso, realizam cursos integrados de capacitação sobre sexualidade e direitos reprodutivos, dirigidos a profissionais de saúde e educação.

Marcos Nascimento, psicólogo, do Instituto Promundo, apresentou, em seguida, o *Programa H*, uma proposta de atenção aos homens jovens. Falou de um recorte perceptível mediante uma série de estatísticas que ocorrem não só aqui no Brasil, como na América Latina e em outros países da Ásia e África. “Se pegarmos, por exemplo, essas taxas de mortalidade nos homens jovens, elas são de 8 a 15% mais altas que a das mulheres jovens. Isso acontece por duas causas principais: os acidentes de trânsito e a violência. Propomos o *Programa H* – uma aliança latino-americana de quatro organizações que estão aqui representadas: o Promundo na coordenação, o PAPAI, a ECOS e Gerardo Ayala representando Salud y Género, do México. Essas quatro organizações propuseram uma série de intervenções relacionadas a essas questões dos homens jovens com dois focos”.

Desde o ano 2000 trabalham com um grupo de rapazes promotores na área de saúde sexual e reprodutiva, e também na questão da violência de gênero. Esta última intervenção é organizada no que chamam de Grupo de Jovem pra Jovem. Inicialmente foram quase

vinte rapazes. Marcos apresenta uma cartilha sobre a violência contra as mulheres confeccionada pelo próprio grupo de jovens com o grupo Consciência Masculina, sob o ponto de vista dessas masculinidades jovens.

Relatou o trabalho continuado com grupos de jovens em comunidades, com o grupo de Jovem para Jovem, que levantava o problema do uso do preservativo: “O uso do preservativo não é só uma questão de saúde, mas está atrelado a outras questões subjetivas, que são muito fortes também. Então quando a gente perguntava para um rapaz, por exemplo, por que ele não usava preservativo, as razões alegadas eram as mais variadas, e sempre se cunhava uma certa expressão, ‘porque na Hora H, você sabe, né? Você esquece, o preservativo pode estar na carteira, pode estar no bolso, mas no calor do momento, na hora H eu não sei como negociar’. Por isto o projeto se chama “Hora H”. Então, vendo essa dificuldade no cotidiano dos rapazes, por que não ter um projeto específico para o uso do preservativo, não só para a promoção do autocuidado do rapaz, mas também como símbolo de respeito ao seu parceiro ou parceira?”.

Alan Bronz, psicólogo, do Instituto NOOS, descreveu sucintamente a metodologia de grupo com abordagem responsabilizante para homens autores de violência intrafamiliar e de gênero<sup>4</sup>, do Núcleo de Gênero do Instituto NOOS.

“São aproximadamente cinco etapas: grupo de recepção, que faz um primeiro encontro entre os candidatos a participarem do grupo reflexivo e a equipe de facilitação – que é composta de dois facilitadores e um estagiário. O objetivo dessa etapa é informar e esclarecer dúvidas referentes à natureza do trabalho. Depois temos, geralmente, três entrevistas preliminares individuais entre o candidato e a equipe de facilitação. O objetivo dessa etapa, além de coletar informações sobre o candidato por meio de um questionário, é de reforçar o vínculo entre ele e a equipe, e também realizar a triagem e encaminhamento quando necessário para as redes de serviços, como terapia individual, conjugal e/ ou familiar, tratamento médico ambulatorial, assistência médica ou jurídica; temos, em seguida, a etapa que consideramos a mais importante, que são os encontros propriamente ditos. Consistem de oficinas temáticas, ou seja, realizamos um levantamento com os homens, logo no início do processo, para definir os temas que serão discutidos, sendo que a equipe sempre sugere temas como violência, paternidade, e outros que interessem aos homens. São vinte encontros em aproximadamente cinco meses, cada encontro com duas horas e meia de duração. O objetivo dessa etapa é proporcionar ao participante um contexto propício para criar um certo distanciamento crítico em relação ao seu cotidiano e rever suas ati-

---

4 Fernando Acosta, Alan Bronz e Antonio Andrade publicaram, pelo Instituto NOOS, esta metodologia em 2004, denominando-a de “Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero”.

tudes frente aos demais. O quarto momento consiste numa etapa de avaliação do trabalho; ou seja, o grupo focal organiza um encontro depois do último encontro reflexivo do grupo, por uma dupla de pessoas que não faz parte da equipe de facilitação. O objetivo é avaliar o impacto dos encontros reflexivos para os beneficiários. E, finalmente, temos a etapa de cinco encontros de acompanhamento, realizados no período de um ano após o encerramento do grupo. Os objetivos: avaliar a perenidade dos impactos dos encontros reflexivos, retomar e/ou aprofundar temas que foram debatidos nos encontros, e realizar, quando necessário, encaminhamento para outros serviços ou para um novo grupo reflexivo”.

Salientou que cada grupo possui, em média, doze homens, fora a equipe de facilitação, e que o somatório de todas as etapas corresponde ao período de um ano e meio. Lembra que é um processo longo e em alguns momentos extremamente doloroso. “Apesar disso, temos tido a grata surpresa de presenciar um aumento no número de homens que se candidatam de maneira espontânea. Eles entram em contato com nosso trabalho por meio da mídia e chegam ao NOOS pedindo para participar desses grupos de reflexão. Esse tipo de informação me faz pensar que de fato estamos desenvolvendo algo extremamente relevante. Do grupo que nós estamos trabalhando agora, por exemplo, posso dizer que 90% chegou lá com as próprias pernas, e não encaminhados pela Justiça”.

## **Grupos de Trabalho**

No transcorrer do Seminário, foram também realizados três grupos de trabalho, segundo a definição temática das conferências de cada dia. O objetivo dos GTs consistia em levantar diretrizes com a finalidade de subsidiar a elaboração de políticas públicas a partir das idéias apresentadas no decorrer de cada dia, assegurando o registro dos diferentes posicionamentos dos participantes.

Faziam parte dos GTs conferencistas e expositores do dia, coordenadores previamente indicados e constantes no programa final do evento, e 35 participantes do evento. Expositores, conferencistas e coordenadores debateram as principais idéias apresentadas ao longo do dia.

O grupo de trabalho sobre Masculinidades, Violência de Gênero e Políticas de Saúde Públicas considerou ser necessário elaborar políticas públicas de saúde que de fato atinjam os homens, observando que há uma grande inquietação por parte de profissionais e especialistas em torno do problema, mas que muito está se perdendo por não haver integração das instituições e pela falta de conhecimento da problemática. Para o grupo, o setor de Saúde deve estar ligado ao da Educação, e esta deve ser a base da mudança: como educação para a prevenção.

Os principais questionamentos centraram-se sobre a forma possível de se chegar aos homens, inclusive para que eles reconheçam que os Serviços de Saúde também são para eles. Além disso, as Secretarias Estaduais e o Ministério da Saúde devem perceber que existe a necessidade de se trabalhar as masculinidades, considerando as necessidades masculinas. O grupo considerou, ainda, que o problema da violência é amplo e deve ser visto com mais cuidado; há uma tendência permanente em apenas medicar, que não ajuda ou ajuda muito pouco; e, em muitos casos, até prejudica. Deve haver uma resposta comunitária eficaz. As principais propostas foram:

1. Elaborar e investir em políticas preventivas, e não corretivas. Investir na família numa abordagem sistêmica;
2. Como os profissionais não têm formação para trabalhar a violência de gênero, e existe uma abordagem conservadora em relação à saúde, é fundamental discutir com eles o que é a violência de gênero e de que maneira o profissional pode abordá-la. Portanto, é preciso realizar capacitação permanente com os profissionais de saúde, já que eles não se encontram preparados para lidar com esse problema.
3. Levar o serviço de saúde para onde o homem estiver. É importante incorporar experiências comunitárias como a da Austrália. Trabalhar em fábricas, em estádios de futebol. Criar um programa de saúde para o homem, como existe para a mulher; fazer um programa móvel com vários especialistas;<sup>5</sup>
4. Criar uma articulação que integre os serviços, isto é, mapear a rota de onde sai o homem, por onde ele passa e para onde vai. Avaliar o mapa deste processo;
5. Integrar os serviços nos níveis locais, regional e nacional, com a finalidade de assegurar que aqueles que os procurarem não caiam em vácuos dos serviços;

O grupo de trabalho *Masculinidades, Violência de Gênero e Políticas de Justiça e Segurança para Homens* considerou que, em relação à violência, enquanto se procura resultados no mesmo paradigma não se sai do lugar. É preciso trabalhar com o paradigma da violência como ato complexo. É necessário também, elaborar políticas de justiça e segurança para homens, que envolvam diferentes aspectos como jovens, raça, etnia. O grupo considerou que nem todos os homens são violentos. Portanto, a prevenção e a educação

---

5 O Programa de Saúde do Homem foi criado em 2005, pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

são muito importantes e deveriam receber mais ênfase. Uma política de justiça e segurança deve envolver vários segmentos sociais e deve fazer parte de política de direitos humanos, devendo ser respeitada e cumprida.

Quanto às penas e medidas alternativas, é preciso clareza: é necessário definir os tipos de penas alternativas eficazes para a problemática da violência de gênero. Desejam-se alternativas que trabalhem o fenômeno violência sobre outra perspectiva, isto é, no paradigma dos direitos humanos; devemos usar as Regras de Tóquio – direito não privativo de liberdade. As principais propostas desse grupo são:

1. Como quem cuida da segurança são pessoas mais conservadoras, cabe investir em capacitação e sensibilização dos profissionais desses setores;
2. Mediação de conflitos para pequenos delitos, com processo rápido de encaminhamento que impeça a prisão, através de uma negociação que permita que o infrator se sinta parte da comunidade outra vez. Abrigos e prisões devem ser destinados a crimes mais graves.
3. Incentivar novos modelos de penas alternativas, cabendo uma maior inclusão da sociedade na administração e execução destas penas;
4. Investir na produção de conhecimentos que revelem a realidade do fenômeno da violência, antes de elaborar e implantar novas leis e políticas;
5. Ampliar, o trabalho de grupos reflexivos com homens de diferentes faixas etárias e camadas sociais, visando à multiplicação dos mesmos e a prevenção da violência intrafamiliar e de gênero;
6. Elaborar e encaminhar um documento para juízes e promotores assinalando algumas propostas de encaminhamento mais adequadas nas audiências dos Juizados Especiais.

O grupo de trabalho *Masculinidades e Políticas de Prevenção à Violência de Gênero para Homens* elaborou propostas semelhantes às dos grupos anteriores. Discutiuse sobre educação, qualificação de profissionais, serviços e estratégias de aproximação dos homens a estes serviços. Abaixo, algumas idéias que surgiram:

1. A educação está para além dos gestores, portanto, cabe dialogar com aqueles que são responsáveis pela elaboração dessas políticas. Se a educação é o caminho, então é fundamental interligar gestor e sociedade civil;
2. É necessário, também, estabelecer um diálogo com os movimentos religiosos sobre as questões de violência e gênero. Não se pode negligenciar esse setor;

3. Produzir pesquisas e diagnósticos sobre o tema, envolvendo também pesquisas qualitativas sobre violência para os homens;
4. Criar e/ou aprimorar sistemas de informação criminal disponível para consulta pública, com dados desagregados por sexo, e divulgação periódica, pelo poder público, da situação de violência no Estado;
5. Articular programas e serviços do setor saúde destinados às mulheres no sentido de inserir os homens;
6. Elaborar e implantar serviços de atenção aos homens também nas áreas da Justiça e Segurança, especialmente no que diz respeito à área de assistência jurídica para homens autores de violência contra a mulher;
7. Realizar campanhas permanentes de prevenção sobre o problema da violência, especialmente violência intrafamiliar e de gênero.